



PROJETO DE LEI nº 47/2025

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI ORDINÁRIA Nº 1552/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Pinhalão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais APROVOU e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º O §1º do art. 7º da Lei Ordinária nº 1552/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - § 1º O Diretor de Comunicação tem por atribuição, Coordenar e supervisionar as atividades de comunicação institucional da Prefeitura; Gerenciar os canais oficiais de informação do Município, incluindo redes sociais, site oficial e boletins informativos; Assegurar a transparência das informações de interesse público; Planejar e executar campanhas de comunicação voltadas à população; Representar a Administração Pública Municipal junto à imprensa e órgãos de comunicação."

Art. 2º O art. 13 da Lei Ordinária nº 1552/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo é incumbida de orientar, estimular e auxiliar as atividades desenvolvidas por entidades públicas e privadas que possam influir no incremento dos setores comercial, industrial do Município. Compete a administração de feiras livres e de feiras de produtos de época; participação em atividades de orientação de defesa do consumidor; através de acordos com demais Municípios e órgãos afins, articulação com os demais níveis de governo e entidades da iniciativa privada nas programações inerentes às suas atribuições, e a orientação às atividades turísticas, difusão do turismo, manutenção de um sistema de informações relativo ao desempenho de planos, programas e projetos concernentes



P R E F E I T U R A D E
PINHALÃO

CUIDAR E TRANSFORMAR

GESTÃO 2025 à 2028

às suas atividades básicas; o incentivo à organização e a divulgação de informações de interesse do turismo, a busca da contínua participação da comunidade nos esforços governamentais, visando o desenvolvimento do turismo; articulação com outros órgãos municipais, com os demais níveis de governo e entidades de iniciativa privada para a programação de atividades referente ao turismo além de outros programas pertinentes.

Art. 3º O art. 14 da Lei Ordinária nº 1552/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 A Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem por finalidade, Promover a política municipal de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; Elaborar e implementar projetos de conservação ambiental; Monitorar e fiscalizar atividades potencialmente poluidoras; Realizar educação ambiental junto à população; Incentivar práticas sustentáveis no município."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Pinhalão, 01 de abril de 2025.

Luiz Eduardo de Castro Vanzeli
Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo alterar dispositivos da Lei Ordinária nº 1552/2017 sem criar novos cargos ou gerar impacto financeiro adicional ao Município. As modificações restringem-se à alteração de nomenclatura de cargos e redistribuição de atribuições, adequando a estrutura administrativa às necessidades atuais da gestão pública municipal.

A substituição do cargo de Diretor de Divisão de Recursos Humanos pelo de Diretor de Comunicação visa fortalecer a transparência e a gestão da informação no âmbito municipal, tornando a comunicação mais eficiente e acessível para a população.

A alteração na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo permite a inclusão formal das atribuições relativas ao turismo, visando impulsionar o setor como ferramenta de desenvolvimento econômico local. Por conseguinte, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente deixa de possuir competências relacionadas ao turismo, tornando sua atuação mais focada na gestão ambiental.

Diante disso, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação e aprovação dos nobres vereadores.

Edifício da Prefeitura Municipal de Pinhalão, 01 de abril de 2025.

Luiz Eduardo de Castro Vanzeli
Prefeito Municipal